

LUGARES DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: RASTROS DA DITADURA CIVIL MILITAR EM CURITIBA

Stella Titotto Castanharo ¹

Resumo: Esta comunicação pretende abordar um dos eixos temáticos da minha pesquisa de doutorado que envolve lugares de memória e a ditadura civil militar em Curitiba, Paraná. A apresentação tratará da perspectiva de três lugares de memória que possuem algum tipo de patrimonialização ou proteção de suas edificações, entendendo que esses espaços não foram protegidos em decorrência da relação com a ditadura civil-militar em Curitiba, mas sim em função de sua arquitetura, procuro estabelecer possibilidades de diálogo e reflexão acerca de passados sensíveis e bens patrimoniais. Os lugares a serem apresentados são: a) o antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, hoje Shopping Curitiba; b) a Rua XV de Novembro e c) Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Traçando um breve histórico dos espaços e dos processos de patrimonialização, busco compreendê-los como possibilidades de reparação e ação de enfrentamento à política institucionalizada de silenciamento e esquecimento do período ditatorial. O referencial teórico parte de autores como Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Michael Pollak; Elizabeth Jelin, Pierre Nora, Samantha V. Quadrat; Johann Michel, Inês Soares, Renan Quinalha, Maria Letícia M. Ferreira, Caroline Bauer; Viviane Trindade Borges, Deborah Neves e Francisco Santiago Jr.

Palavras-chave: lugares de memória, ditadura civil militar, patrimônio, passados sensíveis.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo parte do conceito de lugares de memória desenvolvido por Pierre Nora, na década de 1980, em que compreendia lugares como restos e/ou vestígios de determinados períodos históricos, surgindo da noção, ou sensação, de que a memória não poderia ser espontânea e que, portanto, precisaria de locais para arquivá-la. Para o autor, os lugares de memória poderiam ser analisados em três sentidos: material, simbólico e funcional, uma vez que eles possuem algum tipo de materialidade, significado e função dentro do espaço social. Além de ser necessário possuir uma aura simbólica e a vontade de rememorar algo (NORA, 1992).

Quando trazido para o Brasil e América Latina, o conceito de lugares de memória não ressaltou a formalização e a intensificação da história nacional ou oficial do estado, mas a

¹ Bacharel e licenciada em História pela UFPR em 2011, especialista em Gestão Cultural: Economia, Gestão e Cultura pela FGV-SP em 2013. Mestre pela Universidade de Coimbra- Portugal em 2019 com a dissertação “Gestão Participativa do Patrimônio Brasileiro: uma possibilidade na tomada de decisão e na participação cidadã”. Doutoranda em História pela UFPR e orientanda da Prof.ª Dr.ª Roseli Boschilia. E-mail: stella.cast@gmail.com

possibilidade de trabalhar temáticas que envolvessem o término das ditaduras dos anos 60 e 70 e as transições para democracias na América do Sul. Desse modo, Samantha Viz Quadrat e Izabel Pimentel da Silva (2021), ao instrumentalizarem o conceito de lugares de memória para a região, pensaram sobre possíveis lugares de consciência, considerando que esses espaços não precisam ser refletidos só no âmbito do binômio repressão/resistência, mas também como locais de disputas de memória e embates políticos que podem ser problematizados sob a ótica dos usos do passado.

O conceito de lugares de consciência apresentado pelas autoras, é defendido pela *International Coalition of Site of Conscience* enquanto locais que busquem desenvolver atividades públicas, projetos que incentivem a democracia, os valores humanos e a participação pública da sociedade (QUADRAT & DA SILVA, 2021, p. 119). São espaços que precisam ser identificados, reconhecidos e preservados por meio da mobilização de agentes públicos e da sociedade, que respeitem os embates de memória, mas também reconheçam os potenciais usos políticos e sociais desses lugares. A mobilização e articulação desses espaços passam pela promoção dos ‘empreendedores de memória’ como ressaltou a socióloga Elizabeth Jelin (2002) na defesa, reconhecimento e legitimidade de vivências e memórias dos sujeitos sobreviventes a regimes ditatoriais.

Pensar em sítios de consciência e memória demanda reconhecer a diversidade dos mesmos, pois são contemplados nessa categoria desde órgãos institucionais do governo, até espaços de convivência cotidiana como ruas, praças, parques, estádios, espaços acadêmicos e tantos outros locais de sociabilidade. Refletindo também que esses espaços trabalham à luz da tangibilidade e intangibilidade, uma vez que o lugar por si só não basta, mas as experiências, sensações e sentimentos em relação a eles são fundamentais (NEVES, 2014).

2. PROBLEMÁTICA: LUGARES E PATRIMÔNIO

Fazendo essas considerações iniciais é que esta comunicação pretende abordar um dos eixos temáticos da minha pesquisa de doutorado que envolve lugares de memória e a ditadura civil militar em Curitiba, Paraná. A discussão proposta tratará da perspectiva de três lugares de memória que possuem algum tipo de patrimonialização ou proteção de suas edificações, entendendo que esses espaços não foram protegidos em decorrência da relação com a ditadura civil-militar em Curitiba, mas sim, em função de sua arquitetura. Dessa forma, procuro estabelecer possibilidades de diálogo e reflexão acerca de passados sensíveis e bens patrimoniais.

Os lugares a serem apresentados são: a) o antigo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, hoje Shopping Curitiba; b) a Rua XV de Novembro e c) Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Traçando um breve histórico dos espaços e dos processos de patrimonialização, busco compreendê-los como possibilidades de reparação e ação de enfrentamento à política institucionalizada de silenciamento e esquecimento do período ditatorial.

2.1 Antes Batalhão, hoje Shopping

O primeiro lugar a ser analisado é o antigo Comando da 5. Região Militar do Exército. Localizado entre as atuais ruas Brigadeiro Franco e Desembargador Mota, e as Avenidas Sete de Setembro e Visconde de Guarapuava, essa edificação ainda apresenta aspectos e características militares. Construído no final do século XIX, abrigou o 5º Batalhão Logístico do Exército e o Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva até 1989, quando foi vendido pelo Exército Brasileiro à iniciativa privada. A edificação foi projetada em 1886 e adquiriu enorme destaque na paisagem de Curitiba, haja vista que em sua origem ela se localizava num espaço bastante descampado como podemos ver a seguir na Imagem 1.

Imagem 1- Comando da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro



Este quartel é a última construção para fins bélicos que ainda existe em Curitiba, cujas instalações podem se considerar centenárias visto a sua construção ter iniciado em 30 de janeiro de 1881, sendo Ministro da Guerra o Visconde de Pelotas, e tendo a pedra fundamental sido assentada pelo Presidente da Província, o Dr. João José Pedrosa, em grande solenidade pública. Este quartel foi projetado pelo Capitão Engenheiro Francisco Monteiro Tourinho, e inaugurado em 21 de fevereiro de 1886, sediando-se ali o 2.º Corpo de Cavalaria. Com o correr dos anos, este prédio sofreu ampliações que, felizmente, não chegaram a mutilar a sua fachada original. Ali funcionaram quartéis que deixaram gravados, na memória dos curitibanos mais antigos, nomes como 3.º e 9.º Ram e o próprio CPOR, que movimentou em suas dependências a juventude estudantil paranaense entre os anos de 1950 e 1971. Finalmente, a partir de 1972, ali está instalado o 5.º Batalhão Logístico.

Fonte: Boletim Informativo da Casa Romário Martins, ano VIII, n.58, agosto/1981

Durante o período do regime militar, serviu de base para o treinamento dos oficiais, bem como espaço de detenção para militantes, estudantes e sindicalistas que lutavam contra o regime. Com o crescimento do município e a adoção do Plano Diretor de Curitiba na década de 70, houve a necessidade de deslocar as funcionalidades desse espaço para bairros mais periféricos, o que possibilitou a venda da edificação. Somente em 1996, foi inaugurado o Shopping Curitiba, mantendo a fachada original do prédio, que é uma Unidade de Interesse de Preservação (UIP) em decorrência de sua Arquitetura Eclética. Em função da preservação se dar de modo a privilegiar o aspecto arquitetônico do edifício, não há identificação ou sinalização da ligação militar ou do regime militar junto à estrutura física da construção, com exceção do brasão centralizado na entrada do shopping, como podemos verificar nas Imagens 2 e 3.

Imagem 2- Fachada Shopping Curitiba



Fonte: <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2009/08/shopping-curitiba-antigo-quartel-do.html>

Imagem 3- Fachada Shopping Curitiba



Fonte: <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2009/08/shopping-curitiba-antigo-quartel-do.html>

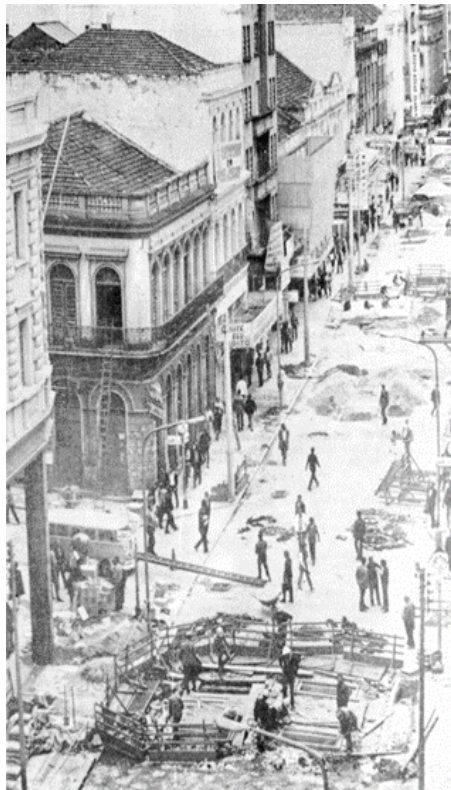
2.2 Antes Rua das Flores, hoje rua XV de Novembro

O segundo lugar a ser discutido é a Rua XV de Novembro, uma rua localizada no centro da capital e historicamente relacionada ao comércio. Seu surgimento se deu também no século XIX, ainda que com o nome de Rua das Flores, em decorrência das características da via. Somente com a Proclamação da República, em 1889, ela se tornou rua XV de Novembro

(PREFEITURA DE CURITIBA, S/D), ainda que entre os dois períodos tenha sido conhecida como rua da Imperatriz.

Como dito anteriormente, muito relacionada com o comércio de rua da capital, foi a partir do Plano Diretor do Município (anos 70), que o então Prefeito Jaime Lerner, conhecido urbanista e arquiteto, propôs a interdição da passagem de veículos, tornando a via expressamente pedonal, ainda que inserindo floreiras e um pavimento que recordasse a origem da rua. A obra teria ocorrido em um único fim de semana de 1972 (Imagem 4), mas somente dois anos após sua mudança, 1974, o prefeito deu entrada ao processo de patrimonialização da via pedonal junto à prefeitura, considerando os trechos entre as Praças Osório e Santos Andrade. No mesmo ano, o processo foi aceito e teve sua conclusão, tornando a rua um Patrimônio Municipal em função de sua paisagem urbana.

Imagem 4 - Obras na Rua XV



Fonte: IPPUC (1972)

Aproveitando a condição de interdição de automóveis, para além de se tornar um local de encontros, a rua XV, como é conhecida, foi o palco de manifestações e reivindicações políticas ao longo da ditadura. Um dos marcos mais significativos ocorreu em 1984, quando da evocação da manifestação pelas Diretas Já, que reuniu figuras renomadas tanto localmente quanto nacionalmente (Imagem 5). Ainda hoje, esse espaço registra passeatas e manifestações, se tornando, portanto, para além de um patrimônio municipal em decorrência de sua paisagem, também um espaço de disputa política.

Imagem 5- Comício das Diretas Já, 12/01/ 1984



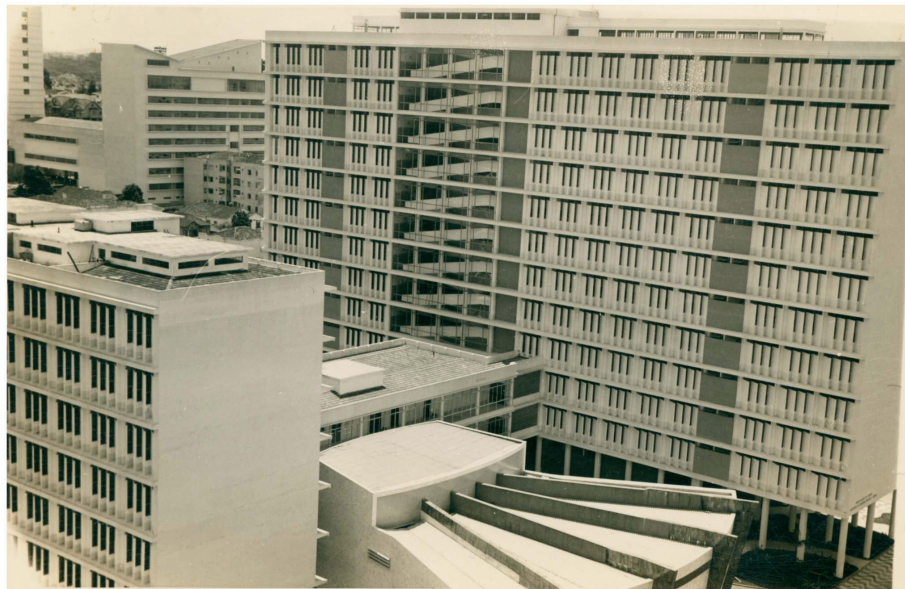
Fotos: Gazeta do Povo/Rubens Vandresen.

2.3 Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

O terceiro caso que gostaria de referir é o Pátio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná. O espaço que se situa entre as ruas Dr. Muricy, XV de Novembro, Dr. Faivre e General Carneiro, foi construído em 1950 com características e arquitetura modernistas (Imagem 6). Passou a funcionar em 1958 e englobava a maior parte dos cursos de humanas. Nos primeiros

anos de seu funcionamento tornou-se palco constante de manifestações e ocupações dos estudantes, em especial do movimento estudantil que, em 1968, com a aprovação da lei federal que instituiu o ensino pago para os alunos ingressantes na universidade ocupou o prédio da reitoria. Em represália ao ato promovido pelo ex-reitor e ministro da educação do Governo Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, além de ocupar o espaço, os estudantes também promoveram a derrubada do busto do reitor e o arrastaram entre os campos centrais da Universidade. A desocupação e devolução do busto foi intermediada pelo governador do estado, Paulo Pimentel, na garantia de que estudantes não fossem punidos, não houvesse a cobrança das mensalidades e nem fechamento de diretórios acadêmicos.

Imagem 6- Campus Reitoria da UFPR (anos 60)



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/pr41923.jpg>

Somente em período democrático é que esse complexo adquire o status de patrimônio. Em 08 de novembro de 1999 foi tombado pelo Patrimônio Cultural do Estado do Paraná em decorrência de sua Arquitetura Civil, nos moldes modernistas (Imagem 7). Ainda que a relação do campus com o movimento estudantil ou com os costumes e práticas acadêmicas sejam

indissociáveis, para o processo de patrimonialização não há qualquer menção dos sujeitos envolvidos por esse espaço. O campus da Reitoria se torna patrimônio em decorrência exclusivamente de sua arquitetura e não de sua função.

Imagem 7- Campus Reitoria da UFPR (anos 90)



Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=77&evento=2>

3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: MEMÓRIA, HISTÓRIA E LUGARES

Para o campo do direito, os lugares de memória se tornaram um mecanismo extrajudicial que objetivam reparar simbolicamente a sociedade e os sujeitos diretamente envolvidos pela ditadura, possibilitando a criação ou valorização de locais que evidenciem e considerem a existência da violação dos direitos desses sujeitos, bem como repudiem essa prática (SOARES e QUINALHA, 2011, p.80). Compreendendo esses espaços como possibilidades de lidar com passados problemáticos, violentos ou traumáticos em benefício da democracia e da sociedade que a constrói, é que os juristas Inês Soares e Renan Quinalha defendem uma busca pelo não

silenciamento dos sujeitos envolvidos, mas sim, pelo diálogo com a sociedade e pela construção de memórias que possam aprender a lidar com esse passado traumático.

Se para Inês Soares esses lugares são pensados como possibilidade de “recuperar, repensar, e transmitir o conhecimento sobre processos traumáticos, e/ou para homenagear e reparar as vítimas” (SOARES, 2015, p.304), naturalmente não é o que os exemplos acima citados nos apresentam. Enquanto a jurista reconhece os patrimônios difíceis como significativos para o grupo que ali vivenciou ou resistiu à violência e como possibilidade de relacioná-los a novos grupos que produzam novas formas de se relacionar e compreender esse local, a esfera pública municipal e estadual não se preocupou com essas potencialidades e pluralidades dos locais. Mesmo porque esses espaços além de rememorar e conscientizar, poderiam vir a funcionar como a materialização de um passado traumático e de exercício da violência, mas também, de práticas de afeto, sociabilidades e intersubjetividades, possibilitando um reenquadramento da memória ao trazer para a disputa política novos sujeitos e novas perspectivas do que recordar.

Para além da materialidade desses espaços, Luciana Scaraffuni (2021) destaca a importância de pensar a relação entre os corpos, as dinâmicas e interações que os sujeitos que passaram por essas localidades tinham entre si, mas também os intercâmbios dos indivíduos e espaço no passado e presente. A autora ressalta que, se anteriormente o espaço era pensado como algo fixo e estático, no presente ele funciona como suporte da memória para lembrar ou rememorar acontecimentos e experiências em campo, haja vista que nos casos apresentados as relações entre sujeitos e espaços foram fundamentais para a funcionalidade dos mesmos.

Interessante pensar, como nos apresenta a historiadora Deborah Neves (2014), que a demolição e/ou destruição de espaços de memória ligados a períodos ditatoriais extrapolam a noção de progresso ou desenvolvimento urbano, e muitas vezes passam pelo silenciamento ou apagamento de narrativas que não desejam ser problematizadas pelo Estado. Embora não seja o caso de nenhum desses três espaços, é visível o silenciamento e apagamento dessas memórias problemáticas junto aos espaços patrimonializados.

Precursora nos estudos deste campo, mas dialogando com Neves e Scaraffuni, Elizabeth Jelin (2002) considera espaços de memória enquanto bens patrimoniáveis, que ao olhar o passado atribuem valor e sentido no presente e futuro. A expectativa de quem preserva esses espaços é de transmitir por meio das marcas, rituais e práticas, mensagens e sentidos para as gerações que não fizeram parte daquelas experiências. A sinalização ou identificação busca reafirmar sentimentos de pertencimento e reforçar identidades que são permeadas por disputas.

Os silêncios ou apagamentos sobre os lugares de memória de processos ditatoriais quase sempre evidenciam o discurso da memória e da história a serem contadas no ponto de vista dos violadores, os “vencedores” do conflito. Quando esses espaços são absorvidos, destruídos ou modificados pelo território urbano, eles retiram a historicidade de que houve conflito ou disputa em determinado recorte temporal. Ao mesmo tempo que a manutenção de ruas, edificações, praças, rodovias e tantos outros que mantém algum tipo de homenagem ou relação com as ditaduras seguem dando uma versão oficial de uma história conflituosa e problemática que quase sempre é questionada pelos sobreviventes ou familiares que foram atingidos diretamente pela repressão desses regimes.

A urbanista Tali Hatuka (2017), ao se preocupar com o discurso produzido acerca da cidade, afirma que o ato de fazer homenagens a alguém ou a um fato dentro da cidade é a estratégia mais comum na memória urbana, sendo estas frequentemente propostas pelas autoridades que buscam representar uma versão formal/institucional de um indivíduo ou um acontecimento. A autora ainda ressalta que “ao resgatar um lugar de memória problemática, o acontecimento histórico deve ser utilizado como ponto de referência para repensar o lugar de maneiras novas e inovadoras. Isso está longe de constituir um apagamento; envolve re-imaginar o futuro do lugar.” (HATUKA, 2017, p.56). Essa reflexão da autora, me parece bastante pertinente para a análise que me proponho a fazer desses três lugares específicos, tendo em vista que, os três espaços se tornaram protegidos juridicamente em decorrência da demanda do poder público, ainda que de diferentes instâncias, na construção de uma memória específica da população e da própria cidade de Curitiba.

Anaclara Antonini (2017) também compreende que lugares de memória permitem o afloramento de um passado, evocando lembranças esquecidas e rememorando experiências. Quando esses lugares adquirem um simbolismo coletivo, eles evidenciam o conflito entre memória e esquecimento dos acontecimentos. Esses locais costumam ser vinculados a memórias e narrativas marginalizadas que intensificam as disputas sobre o passado. A pesquisadora também ressalta que há disputas, inclusive, sobre quais lugares preservar, requalificar ou dar uma nova função. Isso passa por novos significados ao longo do tempo e pelas transformações pelas quais as memórias passam, até porque elas se sobrepõem umas às outras, algo que pode ser verificado a partir destes e dos demais lugares de memórias relacionados a ditadura civil militar em Curitiba.

Se os locais podem ter diferentes significados ao longo do tempo e em função do grupo ao qual estão relacionados, pode-se pensar que para além da disputa de memórias conflitantes, eles são disputados pelas relações com essas lembranças de diferentes coletividades e temporalidades. No que concerne a essa localização espacial, temporal e coletiva da memória, Michael Pollak (1992) denominou essa perspectiva como um enquadramento da memória. Isso significa que toda memória é constituída por acontecimentos, personagens e lugares que ao se relacionarem funcionam para a manutenção, organização e continuidade na construção de identidades sociais e coletivas. O enquadramento também cumpre a função de definir e reforçar a possibilidade de pertencimento de coletividades.

Pollak (1989) também ressaltou que essa disputa de memórias, ou a possibilidade de enquadramento de uma determinada memória, permite a oposição entre a memória nacional/oficial e memórias subterrâneas, sendo que estas tendem a ser múltiplas e minoritárias, muitas vezes, ou na maior parte delas, silenciadas. Para o autor, a memória nacional e coletiva tem potencial destruidor e opressor diante de tantas outras memórias, também coletivas, mas não nacionais ou oficiais. Neste sentido, Pollak apresenta a relação memória-esquecimento, não os considerando como opostos, mas complementares, uma vez que o esquecimento, o silenciamento ou o apagamento são opções que o indivíduo têm para lidar com essa memória que não precisa ser evocada.

Lembrar o passado muitas vezes demanda reconhecer a si no presente para compreender de que lugar e de que forma essa lembrança está sendo rememorada. É neste sentido que, ao tratar de memórias coletivas, Halbwachs (2004) reforça que é um olhar de dentro do grupo e que depende das características internas àquele grupo para serem reconhecidas, portanto tornando a memória suscetível às múltiplas subjetividades ou identidades que os sujeitos desenvolveram ou elaboraram ao longo do tempo. O autor ressalta inclusive que as subjetividades ou a relação com os espaços podem mudar em decorrência dos acontecimentos. Desta forma, ao pensar os espaços ou lugares enquanto formas de acessar lembranças e memórias é que se percebe a relevância dos lugares de memória enquanto processos para trabalhar as memórias e lidar com passados traumáticos.

Paul Ricoeur (2008), também dialoga com a perspectiva de tratar a intersubjetividade como conceito. Isso porque, antes de existir um eu, o sujeito está inserido numa sociabilidade coletiva, que assim o faz por sentimentos de pertencimento. Para ele, a memória coletiva funciona a partir da ideia de contrato social, o que faz com que grande parte das memórias coletivas sejam entendidas como história ou como memória nacional. Também é possível reconhecer a memória por meio de sua função social através de traços/vestígios, sejam eles linguagens, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos e ritos. Esses traços/vestígios reproduzem e transmitem o que se quer reavivar, além de possibilitar a reflexão sobre o esquecimento e em que medida se pode compreendê-lo. Contudo, Ricoeur (2008) considerou que o esquecimento revela a vulnerabilidade das condições históricas, além de ser uma forma de confrontar a memória o tempo todo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo apresentado esses três exemplares, chama atenção o fato de que dois dos lugares apresentados, o primeiro e último terem sido patrimonializados já durante o período democrático, mas não fazerem qualquer referência a experiência ditatorial e de violência vivenciada naqueles

espaços. Para além disso, a compreensão de que esses patrimônios só são preservados em razão de seus elementos estruturais e arquitetônicos é latente, haja vista que os dois processos não apresentam a relação desses espaços com as pessoas ali relacionadas.

Do mesmo modo, o caso da Rua XV que foi patrimonializada ainda durante o período ditatorial, também enfatiza o aspecto arquitetônico ou paisagístico, ainda que seja possível reconhecer sua relação com o desenvolvimento do centro da cidade, mas também das formas de sociabilidade proporcionadas pelo espaço. Outro ponto interessante de pensar, é o fato de que a localidade foi e segue sendo um espaço de disputa, seja de memória ou mesmo de ocupação do local.

A partir desses três locais, também foi possível verificar que há um apagamento do ponto de vista oficial acerca dos espaços de memória da ditadura, algo que nos faz pensar a partir da produção de Pollak em disputas de memórias ou oposição entre memórias hegemônicas e subterrâneas. Por meio da análise desses espaços, também se coloca presente a necessidade de repensar esses lugares reconhecendo suas funcionalidades, simbologias e materialidades, tais quais propostas por Nora, além de reconhecer a multiplicidade de passados, sejam eles sensíveis/dissonantes ou difíceis.

Deste modo, me parece possível compreender esses patrimônios enquanto espaços de memória e que requerem a consciência como locais que precisam ser vividos e não como lugares abstratos (ZARANKIN e SALERNO, 2012). A clandestinidade ou o segredo que os englobam devem ser revelados por meio de sinalização ou demarcação, pois assim como indicou Scaraffuni (2021) ao invés de torná-los lugares de memória em oposição à um lugar de amnésia ou esquecimento deliberado, tomá-los por suas multiplicidades de discursos e narrativas. Isso porque a interpretação pública da ditadura está nas mãos dos sobreviventes, dos seus descendentes e dos defensores da democracia (WYNDHMAN & READ, 2017), o que caracteriza a luta reivindicatória para preservação ou requalificação dos lugares ligados à ditadura civil- militar fundamental para romper com as práticas de apagamento, silenciamento das narrativas, aos

negacionismos ou legitimações dos acontecimentos, grupos ou lutas históricas que têm sido perpetrados pelas instituições de poder.

REFERÊNCIAS

- Fontes:

Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 2; 432 p.

Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. São Paulo: TikiBooks, 2017. Vol. 1; 392 p.

OLIVEIRA, A. N. P. de; SAHD, F. B.; CALCIOLARI, S. **Depoimentos para a História: A Resistência à Ditadura Militar no Paraná**. Curitiba: DHPaz, 2014.

Página do Youtube da Sociedade de Direitos Humanos para a paz
<https://www.youtube.com/user/sdhpaz>

- Referências:

ANTONINI, Anaclara Volpi. **Lugares de memória da ditadura militar em São Paulo e as homenagens ao operário Santo Dias da Silva**. São Paulo, 2017. 136f. Dissertação (Mestrado) em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiaí: Paco, 2017.

BAUER, Caroline Silveira. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. **Dimensões**. Vitória, vol. 32, p. 148-169, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. Um Lugar de Memória no Esquecimento: O Monumento aos Mortos e Desaparecidos Políticos em Porto Alegre. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, pp.58-68, Jul./Dez.2015.

BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Breve Relato dos Quartéis do Paraná**. Curitiba, ano VIII, n.º 58, agosto/1981. 28p.



11ª Semana Acadêmica de História
Mídias e Representações
08 a 12/11/2021



BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Praças de Curitiba – Espaços verdes na paisagem urbana.** Curitiba. FCC. 2006. 200p.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex- presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978).** Curitiba, 2004. 211f. Dissertação (Mestrado) em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

CAVALLIN PINTO, Rui. A Rua XV de Novembro- Patrimônio Cultural do Estado. **Memorial Ministério Público do Paraná**, Curitiba, s/d. Disponível em: <https://memorial.mppr.mp.br/pagina-38.html>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Caminhando pelo passado dos outros. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz M. **Patrimônio cultural, memória e intervenções urbanas.** 1. ed. São Paulo: AnnaBlume / FAPESP, 2017. pp.61-88

FERRAZ, Joanna D’Arc Ferreira; SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. Ditadura no Brasil: Desafios da Memória e do Patrimônio. In: **Anais Eletrônicos do XII Encontro de História e Identidades.** Rio de Janeiro - RJ: Anpuh-Rio, pp.1-9, 2008.

FERRAZ, Joanna D’Arc Ferreira; CAMPOS, Lucas Pacheco. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. In: **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA.** Lisboa, v. 55, p. 179-208, 2018.

FERREIRA, Maria. Letícia. M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: **Aurora.** São Paulo, (PUCSP. Online), v. 10, p. 102-118, 2011.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: O que isso faz conosco e com as nossas cidades? In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz M. **Patrimônio cultural, memória e intervenções urbanas.** 1. ed. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 2017. pp.47-60.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

KIELLER, Márcio. 30 anos do “Comício das Diretas Já” em Curitiba e seus personagens. **Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça.** Curitiba, 05 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/02/05/30-anos-do-comicio-das-diretas-ja-em-curitiba-e-seus-personagens/>. Acesso em 18 de outubro de 2021.



11ª Semana Acadêmica de História
Mídias e Representações
08 a 12/11/2021



MICHEL, Johan. Podemos falar de uma política do esquecimento?. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov, pp.102-118, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: **Antíteses**. Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. São Paulo, 2014. 226f. Dissertação (mestrado) em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

NEVES, Deborah Regina Leal. Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização: Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético. In: **Anais do XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória**. ANPUH-SP. São Paulo: ANPUH-SP, pp.1-14, 2012.

NEVES, Deborah Regina Leal. O desafio da preservação da memória da ditadura: o patrimônio histórico em questão. In: **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, pp.1-11, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. pp.7-28, 1993.

PERSINO, Maria Silvino. Memoriales, museos, monumentos: La articulación de una memoria pública en la Argentina Posdictatorial. In: **Revista Iberoamericana**, vol. LXXIV, núm. 222, enero-marzo, pp. 1-16, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, pp.3-15, 1989.

QUADRAT, Samantha Vaz & DA SILVA, Izabel Pimentel. Marcas territoriais do passado autoritário: lugares de memória e de consciência na América Latina. In: **TEMPO. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFF**. Niterói, v. 27, pp.117-123, 2021.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.



11ª Semana Acadêmica de História
Mídias e Representações
08 a 12/11/2021



SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. In: **Projeto História**. São Paulo (PUCSP), v. 52, p. 245-279, 2015.

SCARAFFUNI, Luciana. Reflexiones en torno a los sitios de memoria en Uruguay: las demarcaciones del paisaje represivo. In: **TEMPO. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFF**. Niterói, v. 27, p. 204-214, 2021.

SECRETARIA DO ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA-PATRIMÔNIO CULTURAL. **Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro**. Curitiba, s/d. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

SECRETARIA DO ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA-PATRIMÔNIO CULTURAL. **CONJUNTO DE EDIFÍCIOS DA REITORIA - EDIFÍCIO D. PEDRO I e D. PEDRO II da UFPR**. Curitiba, s/d. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=230>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba – PR)**. Curitiba, 218. 153f. Dissertação (mestrado profissional) em Ensino de História. Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Lugares de Memória e Memoriais: por que preservar locais que lembram o horror? In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; GIMENES DIAS DA FONSECA, Livia; RAMPIM, Talita Tatiana Dias (Org.). **O Direito achado na Rua**. 1ed. Brasília/DF: UnB, v. 7, p. 302-308, 2015.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan H. A memória e seus abrigos: considerações sobre os Lugares de Memória e seus valores de referência. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, v. 4, p. 250-278, 2010.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan H. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. In: **Revista Internacional de Direito e Cidadania**. João Pessoa, v. 10, p. 75-86, 2011.

THIESEN, Icléia; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da Ditadura e a patrimonialização da experiência política. In: **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**. Brasília, v. 4, p. 15-30, 2015.



11ª Semana Acadêmica de História
Mídias e Representações
08 a 12/11/2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Linha do Tempo**. Curitiba, s/d. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/linha-do-tempo/>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

WYNDHAM, Marivic & READ, Peter. **Sin Descansar, En Mi Memoria: La lucha por la Creación de sitios de memoria en Chile desde la transición a la democracia**. ANU Press, Camberra: 2017.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa; PEROSINO, Maria Celeste. **Historias desaparecidas: arqueología, memoria y violencia política**. 1. ed. Cordoba: Encuentro, 2012.